

Nos bastidores da notícia

A realidade dos noticiários de nossa telinha ainda está intimamente ligada à ideologia dos grupos privados que controlam as grandes redes de televisão. Cabe ao público e aos profissionais da imprensa lutar pela democratização das condições em que se exercem tanto a liberdade de imprensa como o direito à informação

Leandro Konder

Agora que já se passaram 10 meses talvez a gente possa pensar com maior serenidade a respeito das discussões que foram desencadeadas em novembro de 1989 pelo debate que os candidatos Lula e Collor travaram na televisão - e sobretudo pela versão condensada desse debate que dezenas de milhões de brasileiros viram através do noticiário da TV Globo: o "Jornal Nacional".

Claro que na época as críticas feitas pelos eleitores do candidato derrotado deixavam transparecer um natural ressentimento. Se, porém, nos dermos ao trabalho de rever hoje tanto o debate na íntegra como a matéria que foi ao ar no "Jornal Nacional", dificilmente poderemos deixar de reconhecer que o tratamento que a Rede Globo deu ao confronto foi farrasoso.

Por isso, vale a pena voltarmos ao assunto. Não para remoer velhas mágoas e reabrir antigas cicatrizes (não adianta chorar sobre o leite derramado), mas para repensar um problema que continua atual: um problema grave e complicado, que é o da combinação do direito à informação com a preservação da liberdade de imprensa.

O direito à informação

O direito à informação vem tendo a sua importância reconhecida nas últimas décadas e dá conta de questões cuja relevância só foi constatada muito recentemente. A Assembleia-Geral das Nações Unidas proclamou em dezembro de 1948: "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; e esse direito inclui a liberdade de, sem interferências, procurar, receber e transmitir informações e idéias, por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

A expressão "sem interferências" era vaga, tinha algo de ingênuo. Como é que um determinado campo da atividade humana poderia deixar de sofrer "interferências" daquilo que os homens estão fazendo em outras áreas? O essencial, contudo, é que a proclamação da ONU assumia uma posição inspirada em preocupações democráticas e valores humanistas.

Nos anos 60, a Igreja Católica também assumiu posições democráticas avançadas a respeito do direito à informação. O Papa João XXIII, na Encíclica *Pacem in Terris*, falou na liberdade de "buscar a verdade" e no direito de ter "informação objetiva a respeito dos acontecimentos políticos". E o Papa Paulo VI, em 1964, esclareceu que o direito à informação abrangia tanto a busca da informação como a possibilidade de recebê-la.

A abordagem da questão continuava prejudicada pelas imprecisões. As pessoas continuavam a se perguntar em que consistiria a "objetividade" da informação. No entanto, estavam sendo dados preciosos passos à frente.

Quando a solução de um problema ainda não está ao nosso alcance, podemos pelo menos tentar enxergá-lo melhor e discuti-lo.

Oligopólios na TV

No Brasil atual, seria conveniente



te que a discussão sobre o tema se ampliasse. Algumas das dificuldades para a luta pela democratização das condições em que a cidadania pode exercer o seu direito à informação já podem ser percebidas com clareza. São as dificuldades mais óbvias: numa sociedade elitista e socialmente excludente como a nossa, com altos índices de analfabetismo, não há dúvida de que enormes setores da população estão impossibilitados de ter acesso ao tipo de informação que depende da leitura.

A televisão tem sobre livros, jornais e revistas a vantagem de alcançar a massa dos analfabetos. Além disso, ela dispõe de meios técnicos extremamente poderosos para "fazer a cabeça" das pessoas. Mas as condições em que funcionam as emissoras de TV entre nós são muito preocupantes; constituem outra das dificuldades óbvias com que nos defrontamos.

Com o vulto colossal dos investimentos que sua montagem e seu funcionamento exigem, a televisão constitui terreno privilegiado do grande capital. E, na competição que as emissoras travam umas com as outras, em busca tanto de maior audiência como de maior faturamento, levam vantagem os megaempresários que são capazes de concentrar um capital maior e montar "redes nacionais". O grande público que vê os programas de televisão, portanto, fica nas mãos de grupos privados gigantescos, que controlam uma estrutura oligopolística. O que confere um poder desmesurado a pessoas como Roberto Marinho, Silvio Santos ou Adolfo Bloch.

A democratização difícil

Como enfrentar esses problemas? Qual a solução mais justa (isto é:

mais democrática) que poderia ser encaminhada para eles?

O caminho da estatização tem sido experimentado e tem se revelado bastante problemático. O Estado - mesmo um Estado "progressista" - nunca é confiável, ainda que a sociedade civil procure mantê-lo sob controle. Uma vez estatizados, os grandes meios de comunicação estarão sempre correndo o risco de sofrer uma manipulação burocrática que sacrificará o exercício do direito à informação.

Mas, se não nos dispomos a estatizar as emissoras de TV, isso não significa que devemos nos resignar a vê-las funcionando nas condições em que estão atuando hoje, renunciando a qualquer esforço de modificar essas condições.

A dinâmica da democratização nunca é simples, não pode se apoiar em fórmulas mágicas, dispostas a resolver os problemas da democracia em setores isolados. Só se pode democratizar a sociedade realizando transformações que envolvem o conjunto dela. A democratização dos grandes meios de informação e comunicação depende dos avanços na organização e no fortalecimento dos movimentos sociais; depende do poder de pressão das camadas populares.

Mas o próprio processo de mobilização popular tem suas contradições internas. Os grupos que se organizam melhor e passam a dispor de maior poder de pressão podem impulsionar a dinâmica da democratização da sociedade, mas também podem usar a força adquirida exclusivamente para obter vantagens particulares, corporativas, mesmo que resultem em prejuízo para o conjunto da sociedade. Daí a necessidade do pluripartidarismo e da liberdade de discussão. E daí, também, a necessidade da liberdade de imprensa.

O exercício da liberdade de imprensa é tão imprescindível a uma democracia moderna quanto o direito à informação. Por isso mesmo, a sociedade precisa aprender a conviver com um certo tumulto, inerente ao exercício da liberdade de imprensa. Mas também precisa estabelecer limites para a concentração oligopolística de poder que, em nome da liberdade de imprensa, danifica seriamente a "busca da informação" e a "possibilidade de recebê-la" (para usar as expressões do Papa Paulo VI). Precisa evitar que a população, na prática, fique privada dos meios de obter "informações objetivas" (conforme os termos empregados pelo Papa João XXIII).

O "Jornal Nacional" da Globo

O caso da manipulação do debate Lula e Collor no "Jornal Nacional" é sintomático. Mesmo aqueles que sustentaram que as distorções não foram tão graves assim e, afinal, "pouca influência tiveram" devem admitir que o problema que se manifestou no episódio está longe de ter sido resolvido.

Os noticiários de televisão têm grande credibilidade. O "Jornal Nacional" protege cuidadosamente o poder de que dispõe como "encarnação da verdade": seus locutores são preservados de desgaste junto à opinião pública, proibidos de aparecer em comerciais, orientados no sentido de manter um estilo cool, sóbrio e convincente. O *tele-prompter*, que dispensa a leitura dos textos no papel e permite ao repórter falar olhando o telespectador "olho no olho", aumenta a verossimilhança destinada a sugerir a perfeita isenção.

Mas a perfeita isenção não existe. O noticiário nunca é e não poderia ser inteiramente isento. Pra começar, ele seleciona alguns fatos e deixa outros de lado; e na escolha dos fatos que são considerados relevantes já interferem critérios subjetivos, julgamentos de valor e opções "ideológicas".

Depois, devemos lembrar que, mesmo para os fatos selecionados, são dados tratamentos diversos: uns tem um tempo de exposição maior do que outros, aparecem através de imagens mais destacadas e mais vigorosas. Há pormenores que podem ser "sublinhados" ou discretamente omitidos pela câmera.

Outra coisa: a imagem mostrada pode ser "natural", no sentido de "espontânea", mas também pode ser "encenada". E a encenação pode ser feita tanto por quem registra as imagens como por quem aparece nelas (lenbro o caso de um delegado de polícia que encenou um tiroteio na favela do Morro Santa Marta quando se deu conta da presença das câmeras da televisão, para ganhar destaque no "Jornal Nacional").

Como, então, falar em isenção?

Medidas democratizadoras

Se a ilusão de uma total isenção deve ser descartada, nem por isso devemos desistir de buscar critérios e iniciativas que assegurem maior objetividade nos noticiários da tevê.

Creio que a luta pela democratização das condições em que se exercem tanto a liberdade de imprensa como o direito à informação passa pela organização dos usuários, pela mobilização do amplo público consumidor, mas também pela proteção e pelo fortalecimento das posições ocupadas, dentro das emissoras, por aqueles que efetivamente fazem os programas: os jornalistas. Os profissionais da imprensa precisam ter maior poder na dinâmica da produção dos noticiários.

Acredito, ainda, que possamos pensar em leis que institucionalizem a formação de conselhos e instâncias que permitam aos representantes dos jornalistas criticar (em nome da ética profissional) os equívocos ocorridos na veiculação das informações.

"O noticiário nunca é e não poderia ser inteiramente isento. Ele seleciona alguns fatos e deixa outros de lado; e na escolha dos fatos relevantes já interferem critérios subjetivos, julgamentos de valor e opções ideológicas."

Talvez se possa criar nas emissoras uma função de *ombudsman*, assegurando a um jornalista acatado pela categoria as condições nas quais ele seria um representante dos consumidores, da sociedade, em constante vigilância sobre a produção dos programas.

Imagino, ainda, que possam ser abertos novos canais de interferência na direção das emissoras por parte de setores da sociedade que se vêm subrepresentados na "realidade" que a telinha mostra. Na abordagem das relações entre patrões e empregados, entre o capital e o trabalho, por exemplo, os pontos de vista patronais têm aparecido com maior destaque e têm tido um tratamento bem mais simpático que os pontos de vista das organizações de trabalhadores, nos noticiários de TV, em geral. E as lideranças sindicais mais combativas, em especial, costumam ser apresentadas de forma que deixa transparecer uma mal disfarçada hostilidade.

Seria conveniente que se assegurassem, de fato, condições paritárias, na abordagem de conflitos sociais e políticos, ouvidos (e mostrados) representantes dos ângulos significativamente diversos, que poderiam explicitar suas razões (proporcionando ao público um quadro de referências mais amplo e possibilidades mais concretas de obter informações, tanto quanto possível, objetivas).

Por fim, suponho que valha a pena discutirmos mais amplamente a possibilidade de serem adotadas no Brasil leis que contenham o processo de concentração da propriedade nos grandes meios de comunicação e informação, impondo limites à expansão dos oligopólios.